

**35º Encontro Anual da Anpocs
(Caxambu, MG)**

GT 27 – Pensamento social no Brasil

1ª sessão – Circulação de idéias e intelectuais em perspectiva comparada

**Passagens para a teoria sociológica:
Florestan Fernandes e Gino Germani**

Antonio da Silveira Brasil Jr.
PPGSA / IFCS / UFRJ

Durante os anos 1950 e 1960, poucos produtos intelectuais tiveram tanta difusão quanto a sociologia norte-americana. Ou melhor, para sermos mais precisos: alguns produtos da *sociologia praticada nos Estados Unidos*, especialmente os livros de Talcott Parsons – com grande destaque para *The social system* (1951) –, as refinadas técnicas de pesquisa quantitativa desenvolvidas por Paul Lazarsfeld e seu grupo de Columbia, e a chamada “sociologia da modernização” (no fundo, uma combinação muito específica do enfoque parsoniano com os métodos de *survey* lazarsfeldianos). Estes produtos conheceram uma circulação até então inaudita por todas as sociologias existentes, o que se deve não apenas à sua posição recém-ocupada de “vanguarda” da disciplina no pós-guerra (acompanhando, aliás, a nova posição dos Estados Unidos), mas também ao suporte institucional e financeiro concedido tanto por agências privadas (Fundações Ford e Rockefeller) quanto pelas burocracias mundiais (especialmente a Unesco). A enorme difusão desta sociologia por toda a geografia sociológica ensejou formulações, inclusive, de que estaria emergindo uma verdadeira “sociologia mundial”, caracterizada não só por um relativo consenso em torno *daqueles* autores, mas também por todo um complexo organizacional destinado à profissionalização e racionalização das práticas da disciplina. Lidar com as complexidades teóricas do “sistema social” e de uma abordagem “estrutural-funcional”, ou importar as caras e pesadas máquinas perfuradoras IBM de processamento de dados – ou até mesmo dedicar-se *full time* à sociologia como “profissão” –, passou a estar na hora do dia para aqueles que quisessem ajustar os seus ponteiros ao ritmo da “sociologia mundial”.

É claro que o relato acima é altamente simplificador e não faz justiça nem à diversidade das sociologias praticadas nos Estados Unidos, nem à diversidade de respostas das demais sociologias à nova ordem da “sociologia mundial”. No entanto, do modo pelo qual estamos montando o problema, é o fato básico da *desigualdade* entre os diferentes centros de produção sociológica que vem ao primeiro plano, e alguns exemplos podem ajudar a situá-lo melhor. Em *Sociology in Europe: in search of identity* (1993), editado por Birgitta Nedelmann e Piotr Sztompka, todas as diferentes “histórias” da sociologia nos países europeus aí apresentadas fazem menção, em maior ou menor medida,

ao impacto representado pela sociologia norte-americana no pós-guerra. Richard Münch, cujo apreço pelas formulações de Talcott Parsons encontra-se fora de questão, inicia o seu texto sobre a sociologia na Alemanha com uma seção intitulada “US hegemony after the Second World War: the Americanisation of European social theory”. Se uma questão como esta veio à tona num país de consolidada tradição sociológica, não é de se estranhar que ela passe a organizar todo o fio argumentativo das “histórias” da sociologia na periferia da Europa: é que vemos nas contribuições de Christian Fleck e Helga Nowotny a respeito da sociologia austríaca, de Erik Allardt sobre a sociologia escandinava, e de Wladyslaw Kwasniewicz acerca da sociologia polonesa. Ainda neste mesmo livro, Kenichi Tominaga (1993: 203), convidado especialmente para tratar do contraponto da experiência japonesa, também assinala que “especialmente os trabalhos de Talcott Parsons e Robert Merton foram os mais entusiasticamente lidos nos anos 1950 e 1960”.

O impacto *desta* sociologia norte-americana se fez sentir até mesmo onde menos se esperaria. Por um lado, pode parecer desconcertante que Theodor Adorno, crítico permanente da “fetichização” dos métodos de pesquisa empíricos na sociologia praticada nos Estados Unidos, tenha chegado a promovê-los quando de seu retorno à Alemanha (Jay, 1973: 251). Por outro, até mesmo em países à primeira vista alheios à sua área de influência, como no caso da antiga União Soviética, as formulações de Talcott Parsons foram lidas e incorporadas ao repertório cognitivo de uma sociologia que desejava entender não só a mudança social (o que fazia através de seu “marxismo oficial”) mas também a estabilidade da vida coletiva, os mecanismos de socialização e as formas de controle social (Vucinich, 1974). Em suma, certos elementos da sociologia norte-americana configuraram um “influxo externo” de teorias, noções, métodos e conceitos que, seja para assimilar ou rechaçar – ou, numa posição mais freqüente, incorporar “criticamente” –, tornou-se inescapável para todo e qualquer sociólogo situado na periferia do (enorme) mundo da teoria sociológica.

Este preâmbulo se faz necessário a fim de construirmos as balizas da comparação de que se ocupa este trabalho: *as formulações sobre mudança social e desenvolvimento elaboradas por Florestan Fernandes e Gino Germani*

na primeira metade dos anos 1960. Afinal, se este “influxo externo” colocava problemas à sociologia na França (Drouard, 1982), ele se tornava muito mais “inescapável” em contextos inequivocamente periféricos como o brasileiro e o argentino. Ora, mesmo que este “influxo” não tenha operado num “vazio cognitivo”, haja vista, por exemplo, a rica e diversificada tradição “ensaística” existente nestes países, cujas conexões com a produção sociológica “institucionalizada” são várias e já assinaladas pela bibliografia especializada (Arruda, 2010; Blanco, 2009; Botelho, 2007), ele trouxe conseqüências decisivas. Por um lado, acarretando inflexões – ou até mesmo descontinuidades – no trato (e na forma) das questões legadas pelas gerações anteriores; por outro, introduzindo problemas e tensões os mais variados em virtude do uso de uma abordagem “estrutural-funcional” na análise dos processos de mudança social, como o fizeram – cada um a seu modo – Florestan Fernandes e Gino Germani. É claro que as reações a este “influxo” foram muito diferentes nos dois autores, o que nos interessa analisar e qualificar. No entanto, a referência comum (embora desigual) aos autores norte-americanos – no nosso caso, sobretudo a Talcott Parsons e aos ligados à “sociologia da modernização” – permite girar o ângulo de comparação a partir de um novo ponto, além de servir como caso de “controle” da própria comparação.

* * *

Para fazer “girar” a comparação aqui proposta, precisamos, de maneira muito sintética, reconstruir os argumentos de Talcott Parsons e da “sociologia da modernização” a respeito dos processos de mudança social. O que nos traz uma série de dificuldades, pois se trata de proposições intelectuais sujeitas a variações consideráveis ao longo do tempo. As formulações de Parsons sobre a mudança social em *The social system* (1951), que se encontram no último capítulo deste livro, são muito mais “críticas” e “pessimistas” em relação ao impacto do processo de racionalização da vida social que a imagem mais corrente que temos de sua obra, em geral vista como demasiado “otimista” quanto às possibilidades de integração social democrática numa sociedade altamente diferenciada em termos funcionais. É apenas na segunda metade da década de 1950 que Parsons passa a expurgar, de maneira mais nítida, esta visada crítica. A partir de então, ele passa a “resolver” o problema da “dupla

contingência”, que é o seu principal ponto de partida teórico, chamando a atenção sobretudo para as virtudes “estabilizadoras” do *sistema cultural* – as “orientações de valor” –, a despeito das permanentes tensões [*strains*] com as quais deveriam lidar tanto o *sistema social* – a coordenação de papéis sociais (ou integração) numa sociedade que distribui desigualmente recursos [*facilities*] e recompensas [*rewards*] – quanto o *sistema da personalidade* – a socialização dos indivíduos numa sociedade em ritmo acelerado de mudança social. Mas, voltemo-nos rapidamente para as formulações de Parsons em sua etapa intermediária – aquela situada entre *The structure of social action* (1937) e *The social system* (1951) –, quando ele divisa em termos relativamente “críticos” o processo de modernização.

Em *The social system*, Parsons assinala que o peculiar dinamismo das sociedades industriais modernas repousaria, de acordo com a sua particular leitura de Max Weber, numa “racionalização institucionalizada”. Esta “racionalização”, ancorada numa “orientação de valor” mais ampla (secularização, valorização do pensamento científico, etc.), introduziria modificações permanentes no seio do que ele chama de “complexo instrumental”, isto é, das esferas sociais diretamente relacionadas ao mundo da produção material. Desta “racionalização institucionalizada”, isto é, desta incorporação contínua dos avanços científicos e tecnológicos como parte do funcionamento esperado do “complexo instrumental” de uma sociedade industrial moderna, adviriam diversas conseqüências. A principal delas estaria relacionada às perturbações criadas pela “ruptura” no sistema de expectativas dos atores, uma vez que a institucionalização da ciência e da tecnologia cria “tensões nos seus entornos imediatos” (Parsons, 1964a: 505)¹. Em termos mais específicos, esta “ruptura” se faria presente em dois planos: por um lado, (a) no plano do *sistema social*, produzindo uma diferenciação cada vez mais

¹ Como assinala Parsons em sua monografia escrita a quatro mãos com Edward Shils, “Values, motives and systems of action” (1951: 232): There are, furthermore, powerful tendencies, once the ethos of science is institutionalized in a society sufficiently for an important scientific movement to flourish, to render it impossible to isolate scientific investigation so that it will have no technological application. Such applications in turn will have repercussions on the whole system of social relationships. Hence a society in which science is institutionalized and is also assigned a strategic position cannot be a static society”. No fundo, trata-se de uma releitura, em seus próprios termos, da hipótese da *cultural lag* desenvolvida por William F. Ogburn ainda na década de 1920 (cf. Parsons, 1964a: 505).

acentuada entre os papéis ocupacionais e os demais papéis sociais, como aqueles ligados ao parentesco e à família. Em termos das *pattern variables*, haveria uma dissociação máxima entre os papéis cuja orientação se dá pelo “desempenho” dos atores, definidos por critérios “universais” (ex.: eficiência) – caso das “profissões” –, e os papéis cuja orientação se ligaria às “qualidades” dos atores, definidas por critérios “particularistas” (ex.: relações de parentesco)². Por outro, (b) no plano do *sistema da personalidade*, um acréscimo inaudito das tensões psíquicas, haja vista que a rapidez da mudança social implicaria um contínuo desajuste entre o “sistema de expectativas” previamente internalizado e as novas condições do ambiente³. Estas duas conseqüências, assim associadas, fariam da “racionalização institucionalizada” um processo potencialmente não-linear e sujeito a contingências históricas várias, trágicas inclusive.

Devemos lembrar que o período intermediário de sua obra é marcado justamente por um grande “hiato” entre dois de seus principais livros, *The structure...* e *The social system*. Quando perguntado por Kenichi Tominaga, numa viagem ao Japão já ao final da vida, sobre as razões deste “hiato”, ele lembra do contexto problemático da segunda guerra mundial, e diz: “embora não estivesse engajado profissionalmente, eu fui conselheiro em Washington por um tempo” (Parsons & Tominaga, 2000: 54). Esta dimensão da trajetória de Parsons, que apenas há pouco vem sendo mapeada (especialmente o seu envolvimento no esforço de guerra) (Gerhardt, 2002), parece-me fundamental

² “[...] In the broadest terms it would seem that the development has strongly accentuated the general trend to isolation of the conjugal family, above all because professionalization and bureaucratization have both operated to accentuate the universalistic-specific-achievement pattern of an increasingly large proportion of occupational roles. [...] This obviously means that family and occupational unit must be sharply segregated, and that the process of allocation of personal within the occupational system must be relatively independent of kinship solidarities” (Parsons, 1964a: 510).

³ Trata-se do fenômeno que Parsons chama de *vested interests*, isto é, o interesse (no sentido amplo do termo) criado pelos autores na conformidade com as expectativas previamente institucionalizadas, que por sua vez estariam conectadas – segundo o teorema da “internalização” que ele toma emprestado de Freud – às gratificações esperadas pelo *sistema da personalidade*. Para o autor, uma sociedade que passa por uma mudança acelerada necessita lidar de maneira crônica com os *vested interests*: “A society where rapid technological change is going on would be expected to show many signs of strain centering about this process, and of defensive behavior on the part of groups which are threatened with the supersession or less drastic upsetting of their established ways. This may indeed be interpreted as one of the primary sources of the ‘security mindedness’ which is so prominent in certain sectors of our society” (Parsons, 1964a: 507).

para uma avaliação mais ponderada de suas diferentes concepções a respeito da modernização. Afinal, é justamente em seus textos sobre a Alemanha de Weimar e sobre o nazismo, passando pelo último capítulo de *The social system*, até chegar em suas análises sobre o fenômeno do macarthismo nos Estados Unidos, que encontramos o núcleo de sua visão mais “pessimista” sobre o impacto da “racionalização institucionalizada” na vida coletiva. Embora não possamos percorrer todos estes textos, creio que um deles, escrito no calor da guerra contra a Alemanha nazista, pode ser representativo de suas reflexões neste período: “Democracy and social structure in pre-Nazi Germany” (1942). Já de saída, a fim de conferir inteligibilidade sociológica à adesão ao “nazismo”, Parsons assinala, neste artigo, que não deveríamos “exagerar a integração dos sistemas sociais”, já que, quando se trata de problemas de mudança social, “é essencial dar atenção específica aos elementos de má-integração, tensão e perturbação na estrutura social” (Idem, 1964b: 117). Embora o seu problema imediato fosse a Alemanha de Weimar, ele generaliza a idéia de “tensões estruturais” e de “*free-floating aggression*” para todas as sociedades industriais modernas:

In the first place, all Western societies have been subjected in their recent history to the disorganizing effects of many kinds of rapid social change. It has been a period of rapid technological change, industrialization, urbanization, migration of population, occupational mobility, cultural, political and religious change. As a function of sheer rapidity of change which does not allow sufficient time to “settle down”, the result is the widespread insecurity – in the psychological, not only the economic sense – of a large proportion of the population, with the well-known consequences of anxiety, a good deal of free-floating aggression, a tendency to unstable emotionalism and susceptibility to emotionalized propaganda appeals and mobilization of affect around various kinds of symbols. If anything, this factor has been more prominent in Germany than elsewhere in that the process of industrialization and urbanization were particularly rapid there. In addition, the strain and social upset of the last war were probably more severe than in the case of any other belligerent except Russia (Idem, 1964b: 117-118).

Portanto, sugere Parsons, os riscos associados a uma mudança social acelerada, como o de uma “insegurança psicológica generalizada”, poderiam

desaguar, em casos de tensão muito aguda, em movimentos de tipo “totalitário”⁴. Mesmo que em *The social system* ele faça a ressalva da excepcionalidade da sociedade norte-americana neste particular, posto que a “fluidez” de sua estrutura social (ao contrário da rigidez e do “formalismo” alemão) não teria criado as condições de uma ruptura de corte revolucionário, logo depois o fenômeno do “macarthismo” remeteria a problemas análogos, dada a “compulsão” por ele criada em torno da lealdade e da conformidade aos valores do “anti-comunismo”⁵. Portanto, é somente a partir da segunda metade da década de 1950 que Talcott Parsons começa a cristalizar uma imagem mais “otimista” da experiência social moderna, especialmente ao identificar as conexões positivas entre a diferenciação funcional, a autonomia dos indivíduos e a democratização das relações sociais – lembremos que, nos artigos da etapa “intermediária”, era a própria diferenciação (“racionalização”) que estava na raiz dos problemas de ajustamento dos atores.

Como sugere Jeffrey Alexander, está implicada nesta passagem a própria modificação da situação imediata norte-americana⁶: a aparente superação do “macarthismo” (em suas expressões mais fortes, pelo menos), a consolidação da posição de liderança do bloco capitalista no plano mundial e,

⁴ Como nos lembra Jeffrey Alexander, é neste período “intermediário” que Parsons começa a incorporar de maneira mais sistemáticas as contribuições de Freud. Nas palavras de Parsons (1955: 127): “It is a generalization well established in social science that neither individuals nor societies can undergo major structural changes without the likelihood of producing a considerable element of irrational behavior. There will tend to be conspicuous distortions of the patterns of value and of the normal beliefs about the facts of situations. These distorted beliefs and promptings to irrational action will also tend to be heavily weighted with emotion, to be over determined; as the psychologists say”. Devemos lembrar, no entanto, que a incorporação da “psicanálise” às ciências sociais não é uma idiossincrasia parsoniana, mas um traço mais geral da sociologia dos anos 1940-50. Mesmo no Brasil, onde este processo pareceria menos acentuado, é possível indicar várias contribuições neste sentido. Basta consultarmos o manual “Personalidade”, escrito por Dante Moreira Leite: neste livro, os textos de Florestan Fernandes sobre o Tiago Marques Aipobureau são vistos como uma contribuição à “psicologia social”.

⁵ Cf. a publicação organizada por Daniel Bell, *The new American right* (1955), no qual constam análises de David Riesman, de Talcott Parsons, de Seymour Lipset, dentre outros, sobre a “nova direita” e o “macarthismo”.

⁶ “In ideological terms, this shift in perspective represents a transition from a critical to a relatively complacent liberalism. America and other democratic capitalist societies had entered the Cold War, and their citizens earnestly held up their particular patterns of capitalist and democratic social development as universal and right. The euphoria of the immediate postwar period seems also to have had a major impact, sweeping away the doubt and negativism of the prewar and depression years. But there were also more legitimate, scientific reasons for this change in Parsons’s work. A stable and rational order may in fact be possible, and one cannot begrudge Parsons the ambition, which he shared with all his great classical predecessors, to explore just how this possibility might actually come about” (Alexander, 1987: 75).

por fim, a retomada do crescimento econômico com estabilidade política. O *aggiornamento* de Parsons, neste particular, fez-se presente em uma série de trabalhos, dentre os quais podemos citar: *Economy and society* (1956), escrito a quatro mãos com Niels Smelser, no qual ele começa a elaborar o seu “paradigma” da diferenciação sistêmica – e que se tornará conhecido mais tarde como esquema *AGIL* –; na resenha de 1957 ao livro *The power elite*, de Charles Wright Mills, quando Parsons assinala que a diferenciação de uma *polity* não implicaria (como pensaríamos num jogo de “soma-zero”) uma perda de poder por parte do cidadão comum, muito pelo contrário; e, por fim, já na virada para a próxima década, no artigo “‘Voting’ and the equilibrium of the American political system” (1959). Neste texto, no fundo uma reelaboração dos resultados estatísticos elaborados por Paul Lazarsfeld e sua equipe em *Voting: a study of opinion formation in a presidential campaign* (1954), Parsons ressalta as virtudes do sistema político bi-partidário dos Estados Unidos no duplo processo de manutenção do equilíbrio político com abertura à mudança social, isto é, ele seria capaz de aumentar a eficiência do sistema social como um todo sem comprometer a realização de certas “orientações de valor” democráticas. Cumpre lembrar que, se por um lado esta “virada” nas formulações de Parsons coincide com a consolidação de seu prestígio à testa do Departamento de Relações Sociais da Universidade de Harvard, por outro é ainda em 1959 que ele, junto com Lazarsfeld, conhece uma das críticas mais influentes (e difundidas mundialmente) à sua obra: o livro *The sociological imagination*, de Wright Mills.

Ao mesmo tempo, por injunções várias, que não teremos tempo de tratar aqui, começa a sistematização da chamada “sociologia da modernização”, que conjugará esta imagem mais “positiva” sobre as conexões entre diferenciação funcional e integração democrática com as refinadas técnicas de pesquisa quantitativa desenvolvidas por Paul Lazarsfeld. Debruçando-se sobre os complicados processos de modernização nos países “subdesenvolvidos”, a “sociologia da modernização”, em que pese a sua diversidade interna, caracteriza-se por oferecer um entendimento relativamente ordeiro da mudança social nos países periféricos, como se todos eles estivessem passando, ainda que a ritmos diferentes, de uma “sociedade tradicional” para uma outra

“moderna”. Dito de outro modo, a “sociologia da modernização” se configurou como uma espécie de “auto-retrato” à distância da própria experiência social norte-americana, porquanto pretendia atestar – através de *surveys* comparativos entre os mais diferentes países ou regiões – tanto a “universalidade” desta sociedade moderna quanto do tipo de homem por ela gerado. Ou melhor: que as correlações entre “urbanização”, “industrialização”, “secularização” e “democratização” não seriam específicas a este contexto “clássico” de revolução burguesa, mas universais, a despeito dos diferentes pontos de partida e das seqüências históricas de cada processo específico de modernização (Gilman, 2003).

* * *

Ao mesmo tempo em que os Estados Unidos consolidavam o seu prestígio e poder como “vanguarda” do “moderno” em nível global, a sua sociologia também passou a assumir a condição de liderança dos principais desenvolvimentos teóricos da disciplina – penso especialmente no lugar que passou a ocupar o “estrutural-funcionalismo” de Parsons, Merton e outros. No entanto, associado a este movimento, podemos perceber que paulatinamente as *especificidades históricas* da experiência social norte-americana passaram, no que tange ao seu tratamento sociológico, a um segundo plano. Trocando em miúdos, se as formulações parsonianas do período “intermediário” temperavam o seu “pessimismo” ressaltando a excepcionalidade norte-americana em meio a tantos experimentos “totalitários”, já na virada dos anos 1960 a sua visão sobre a sociedade moderna *como um todo* seria “positivada”, na expectativa de que a diferenciação funcional poderia se coadunar, universalmente, com uma integração social democrática. Aliás, é justamente neste contexto que emerge a sua discussão sobre a noção de “comunidade societária”.

Mas o que ocorre quando, ao contrário, as expectativas de uma correlação linear entre modernização e democratização parecem girar em falso? É a partir deste ponto que começamos a nossa comparação entre as formulações de Florestan Fernandes e de Gino Germani sobre a modernização (ou desenvolvimento) das sociedades brasileira e argentina na primeira metade da década de 1960. Cada um a seu modo, e já antes dos golpes militares de 1964 e 1966, tanto Fernandes quanto Germani colocam problemas para a

“linearidade” pressuposta tanto pela “sociologia da modernização” quanto pela produção parsoniana “tardia”. Embora os dois sociólogos operem, ainda que a partir de registros distintos, com uma abordagem de corte “estrutural-funcional”, as formulações que emergem de seus textos acabam acentuando antes desequilíbrios, conflitos e processos de desajustamento social que tendências ao “estabilidade” ou à mudança social “equilibrada”. Imagino não ser por acaso que eles tenham exprimido as complicações históricas das sociedades brasileira e argentina – ambas esgarçadas por processos acelerados de industrialização – através de noções que remetem a problemas clássicos de racionalidade problemática: refiro-me aos termos “dilema” e “paradoxo”, que discutiremos a seguir.

* * *

À primeira vista, uma diferença marcante emerge do confronto entre os textos de Florestan Fernandes e de Gino Germani na primeira metade da década de 1960: enquanto o último analisa os problemas da sociedade argentina entrecruzando à reflexão sociológica uma análise dos processos políticos – partidos e formas de governo –, o primeiro concentra ao máximo os seus argumentos no plano estritamente societário, como processos de “socialização” e movimentos sociais (embora, é claro, sempre em conexão com a dinâmica mais ampla da sociedade global). Não quero dizer, com isto, que Fernandes não levou em conta a “política” em sua reflexão. Apenas que ele a tratou em marcos distintos da “sociologia política” tal como concebida por Germani. Começo a comparação com esta distinção porque, como ficará mais claro ao longo do trabalho, os ângulos de observação que os autores selecionaram para observar a dinâmica mais geral de suas respectivas sociedades foram distintos. Imagino que estes “recortes” ou “seleções” não sejam inteiramente arbitrários. Eles ganham densidade histórica se conseguirmos sugerir algumas formas possíveis de mediação com o processo social mais amplo.

Ora, a “sociologia política” de Germani, como veremos abaixo, garantia às suas reflexões um ponto de apoio cognitivo em relação ao debate sobre o “peronismo”, que revolveu todas as posições do debate político e intelectual

argentino por décadas⁷. O “peronismo”, devemos lembrar, cujas bases sociais repousavam, na interpretação de Germani, nas camadas populares rurais ou semi-rurais recém-migradas do interior argentino à Grande Buenos Aires, conferia a estes segmentos da população uma identidade “politizada” e “partidarizada”. Ou seja: a própria análise do processo de “integração social” destes grupos sociais à sociedade urbano-industrial – uma questão nuclearmente sociológica, aliás – não poderia deixar de passar por uma análise da gênese e do sentido político do “peronismo”. No caso de Fernandes, os dois movimentos sociais sobre os quais concentrou o melhor de sua análise neste período, o associativismo no “meio negro” de São Paulo⁸, em *A integração do negro na sociedade de classes* (1964), e a *Campanha em Defesa da Escola Pública*, não apresentavam a mesma “transparência” em suas relações com o mundo da política partidária nacional ou paulistana. Além disto, mesmo que a experiência “populista” não fosse alheia à capital paulistana – muito pelo contrário –, ela não se apresentou, pelo menos a Fernandes, como um ângulo privilegiado para a observação do movimento da sociedade como um todo. Talvez o relativo “atraso” da política partidária paulistana, pouco “nacionalizada”, parecesse a ele um ponto muito débil para “testar” as potencialidades democráticas da “sociedade de classes” em formação⁹. Daí que ele tenha se

⁷ Nos termos de Beatriz Sarlo e Carlos Altamirano (2007: 23): “El derrocamiento del peronismo en 1955 llevó al debate todas las cuestiones y planos de la existencia nacional. Si, como había escrito José Luis Romero en 1951, las masas no renunciarían ya al progreso que habían alcanzado bajo Perón y sería ‘ineficaz cualquier planteo que se haga retrotraer su situación a la de hace diez o veinte años atrás’, ¿cuál debía ser la fórmula del posperonismo, dado que quienes tenían el poder tampoco permitirían el retorno del régimen que acababan de abatir? Toda discusión intelectual en torno del significado del peronismo, que sucederá al momento de la euforia triunfante, estará regida por esta problemática política”.

⁸ Para uma análise detalhada das relações entre os membros das associações do “meio negro” em São Paulo e os sociólogos da Universidade de São Paulo (com Florestan Fernandes em seu núcleo), cf. a tese de doutorado de Mário Augusto M. da Silva (2011). Sobre estas relações, em seus termos: “Há, portanto, uma ligação que congrega interesses analíticos e políticos, postura ética, método científico e trajetórias particulares que permite, em São Paulo, o sucesso decisivo da pesquisa sobre as relações sociais racializadas” (p. 134).

⁹ Se, por um lado, a metropolização de São Paulo se conectou a um dinamismo até então inaudito no campo da produção cultural – e a sociologia de Florestan Fernandes seria um de seus produtos mais significativos (Arruda, 2001) –, por outro, as relações da cidade com a esfera política são mais labirínticas. Neste particular, a literatura é vasta e seria ocioso querer dar conta das complicadas relações entre o desenvolvimento industrial de São Paulo nos anos 1950 e o seu aparente não-predomínio político na República de 1945. Uma boa revisão desta literatura, que passa por autores como Simon Schwartzman, Eduardo Kugelmas e Gildo Marçal Brandão, pode ser encontrada na dissertação de Fabrício Vasselai (2009). Neste trabalho, ele sugere, ou retoma, uma série de hipóteses sobre a pouca penetração dos grandes partidos nacionais em

referido sobretudo às duas (únicas) experiências – os movimentos no “meio negro” e a *Campanha* – que, em seu entender, teriam tentado universalizar, “dentro da ordem”, os direitos e garantias sociais. Se por um lado Germani, com sua “sociologia política”, ganhava perspectiva histórica na exploração de conexões complexas e inesperadas entre o processo social e o mundo político argentino, Fernandes, por seu turno, conseguiu desenvolver argumentos bastante sofisticados e sutis quanto às instâncias de “socialização” numa “sociedade de classes” que se mostrava compatível com a exclusão sistemática de grande parte de sua população – ou do “Povo”, termo que passa a se tornar recorrente nos escritos de Fernandes neste período¹⁰.

São Paulo, como o anti-getulismo de sua elite política, o que teria debilitado o PSD, ou os receios de Vargas quanto à movimentação autônoma dos trabalhadores paulistanos, o que teria tirado poder do PTB local. Ainda, é claro, a existência do PSP de Adhemar de Barros constituía um travo à efetiva “nacionalização” da política partidária de São Paulo. Seguindo as pegadas de Brandão, Vassellai mostra igualmente como “a trajetória do PCB ao ser ilegalizado contribui sobremaneira para castrar uma das principais possibilidades de quadros nacionalizáveis que restaria a São Paulo” (p. 24). O que me parece decisivo, nesta questão, é menos dar conta do processo “real” e mais chamar a atenção para a pouca penetração do tema da política partidária como *questão sociológica* para Florestan Fernandes e seu grupo, apesar de existirem estudos – poucos, é verdade – nas outras cadeiras da USP, como no trabalho de Azis Simão sobre o “voto operário” em São Paulo ou nas pesquisas de Oliveiros Ferreira. Para uma análise do “atraso” na formação de uma “sociologia política” em São Paulo (ou melhor, no grupo nucleado em torno de Florestan Fernandes), cf. o artigo de Basilio Sallum Jr. (2002).

¹⁰ Conforme já tratei em outro trabalho (Brasil Jr., 2010), as pesquisas empíricas de Florestan Fernandes e de Gino Germani usaram recursos muito diferentes para dar conta dos processos de integração social problemática em São Paulo e em Buenos Aires, respectivamente. O último, a fim de dar conta do padrão de *estratificação e mobilidade social* na capital argentina, montou um *survey* – com todas as técnicas *up to date* disponíveis na época, usando, para tal, financiamentos tanto das fundações Ford e Rockefeller quanto do CLAPCS – a partir dos dados eleitorais disponíveis da eleição de 1958. De acordo com as suas análises das relações entre voto e classe social, havia uma correlação de 0.90 entre “alta proporção operária, baixo nível econômico social” e “porcentagem de voto peronista” (Germani, 1962b: 17). Isto é: a relativa clareza das relações entre orientação partidária e estratificação social permitiu que Germani fizesse do mundo político um guia de orientação para as suas análises sociológicas sobre a desigualdade na Grande Buenos Aires. Já no caso de Florestan Fernandes, é muito curioso ver como, em sua extensa pesquisa sobre os movimentos sociais no “meio negro” de São Paulo, há pouquíssimas referências às lideranças político-partidárias na cidade (quando existem). No entanto, com isto, estou longe de sugerir que Fernandes não tenha feito uma análise politicamente orientada. A concentração de sua análise nos fenômenos de “socialização” numa ordem social em mudança, ou nos limites para a universalização de uma “ordem social democrática” (ou “competitiva”, como cunhará um pouco depois), não a torna menos “política”. Nos termos certos de Gabriel Cohn (1986: 138): “Eu não estou dizendo que [...] ele [Fernandes] fizesse análise sociológica procurando deixar de lado a preocupação política. [...] O grande problema que ele tentou selecionar [...] era [...], a saber: é possível ser politicamente relevante mediante um enfoque que seja especificamente sociológico?” A este respeito, também vale a pena conferir a reconstrução feita por Elide Rugai Bastos (1987) dos argumentos de Fernandes sobre a dinâmica de ressocialização das populações negras em São Paulo. Neste texto, ela afirma que a “discussão sobre a socialização ultrapassa o nível explicativo meramente psicossocial. [...]. Mostrando que o negro é expulso não apenas da estrutura de trabalho

A partir desta comparação primeira, poderemos entender o que está em jogo nas noções de “dilema social brasileiro” e “paradoxo argentino”. “Dilema”, uma noção aparentada àquela desenvolvida por Gunnar Myrdal em seu *An American dilemma: the negro problem and modern democracy* (1944), traduziria, para Fernandes, uma inconsistência entre os valores modernos, que numa “sociedade de classes” deveriam promover a universalização dos direitos e das garantias sociais, e as práticas “arcaicas” que continuariam orientando as condutas (e bloqueando o avanço da democratização). A seu ver, os movimentos no “meio negro”, a *Campanha* e as tentativas de reconstrução racional da “sociedade de classes” através da ciência e do planejamento democrático seriam possíveis “opções” – termo que é corolário da própria noção de “dilema”, pois esta impõe uma “escolha” (Cohn, 1986: 141-142) – democratizantes, capazes de “saturar historicamente” os princípios morais (ou axiológicos) constitutivos deste tipo societário. Mas, tal como a noção de “dilema” se apresenta em seus textos, especialmente em alguns capítulos de *A sociologia numa era de revolução social* (1963), Fernandes vai se dando conta do caráter estrutural desta inconsistência entre valores e práticas, como se a “sociedade de classes” no Brasil “derrotasse” reiteradamente as “opções” democratizantes que apareciam na cena histórica. “Paradoxo argentino”, por sua vez, é um termo que, ao que tudo indica, surgiu pela primeira vez num artigo do latino-americanista Arthur P. Whitaker, “The Argentine paradox” (1961). O modo específico pelo qual Germani se apropria deste termo no artigo “Hacia una democracia de masas” (1965) rebate no desconcerto causado pela sucessão de governos anti-democráticos desde 1930 na Argentina, culminando no “fato peronista” entre 1946 e 1955. O surgimento do “peronismo” – que foi lido pela esquerda liberal argentina (na qual se situava o autor) como um fenômeno “fascista” –, colocava um problema imediato a algumas hipóteses da “sociologia da modernização”. Em vez de “confirmar” a universalidade das correlações entre “urbanização”, “industrialização” e “democratização”, a experiência argentina – que, para Germani, seria a mais “modernizada” no contexto latino-americano – apontava para uma espiral autoritária com poucas perspectivas de saída. Neste

tipicamente capitalista mas do sistema contratual como um todo, Florestan Fernandes aponta para os obstáculos à conquista dos direitos de cidadania” (pp. 144-145).

sentido, os termos “dilema” e “paradoxo” também podem ser úteis para se pensar as mediações com os seus contextos sócio-históricos, ou melhor, as maneiras pelas quais Fernandes e Germani reconstruíram estes contextos. Pois, se “dilema” e “paradoxo” assinalam limites ou problemas para a racionalidade – e ambos estavam em busca da inteligibilidade do fracasso da democratização de suas respectivas sociedades –, os termos apontam para dimensões distintas.

“Dilema” traz à tona a necessidade da “escolha”, o que, nos termos de Fernandes, diz respeito a “opções” que levem às últimas conseqüências a universalização de uma “ordem social democrática” no Brasil. Neste sentido, parecia haver para o autor uma certa clareza a respeito de que tipos de ações deveriam ser tomadas a fim de dar concretude histórica aos valores democráticos, ou, em sua perspectiva de um “radicalismo plebeu”, como diria Gabriel Cohn (2005), para que o *Povo* fosse o real protagonista dos processos de mudança. Daí a sua perplexidade, como já veremos, quando percebe que mesmo os caminhos para uma “revolução dentro da ordem” já haviam se estreitado demasiado na sociedade brasileira da primeira metade da década de 1960¹¹. “Paradoxo”, por sua vez, retém um certo estado de desorientação geral da intelectualidade argentina em função do rumo incerto do país, sobretudo em virtude da crença generalizada de que as suas condições sociais mais gerais (alfabetização, urbanização, grandes classes médias, etc.) não o afastava muito

¹¹ Não me parece por casualidade, portanto, que Florestan Fernandes empregue recorrentemente expressões de estrutura dilemática, como “ou”, “ou”. Exemplos: “Ou ajustamos a organização e o funcionamento do nosso sistema escolar a esse objetivo, ou progrediremos desorientada e atabalhoadamente, como Nação dependente, que realiza progressos tardios e mitigados, através de penosos esforços de imitação” (Fernandes, 1966: xxii). “Isso nos coloca diante de uma escolha sem alternativa. Ou admitimos que o povo constitui a fonte dos dinamismos essenciais ao equilíbrio e ao aperfeiçoamento da democracia, e trabalhamos nesta direção, ou nos manteremos “atrasados” e “dependentes” em relação às nações de que recebemos, aos trambolhões, um “progresso” de teleguiados à distância” (Idem, 1976: 225, grifos do autor). Como fica claro nesta última passagem, Fernandes “monta” um dilema, mas tem clareza sobre a “opção” a tomar. Clareza, no entanto, que não estaria necessariamente presente no “horizonte prático” dos homens de ação. Aliás, ele entende a sua proposta de “sociologia aplicada” justamente como uma tentativa de promover critérios “científicos” de “opção”, capazes de clarificar o horizonte prático do homem comum na reconstrução “racional” da sociedade de classes. Em seus próprios termos: “Ao envolverem-se em movimentos sociais, os sociólogos não só podem conhecer melhor a natureza, os fundamentos e as perspectivas de semelhante dilema. Eles ficam sabendo por que ele não tem sido combatido com êxito, como modificar o estilo de intervenção do leigo para atingir esse fim e, principalmente, quais seriam as técnicas sociais recomendáveis para alterar, ao mesmo tempo, a mentalidade dos homens e a estrutura da situação” (Idem, 1976: 133). Os movimentos sociais, além disto, possuiriam um sentido heurístico porque chamariam a atenção para a *tensão* que é constitutiva da sociedade, acionando o conhecimento sobre a mesma (Bastos, 2002: 201).

dos países “avançados”. Não por acaso, Germani diz que a experiência argentina constituía um “enigma” para as teorias do desenvolvimento econômico então vigentes. Embora, como veremos abaixo, ele tenha feito um esforço na elucidação deste “enigma”, não há aqui a mesma contundência de Fernandes no que tange ao que *deveria* ser feito¹². Portanto, “dilema” e “paradoxo” retraduzem experiências distintas, mas comparáveis, de descompasso entre desenvolvimento e democracia, o que é típico de contextos não-clássicos de revolução burguesa.

* * *

De acordo com a orientação “estrutural-funcional” que os dois autores mobilizam em seus esquemas analíticos a respeito da modernização e do desenvolvimento, as noções de “dilema” e de “paradoxo” remetem a “desajustes” em relação ao padrão de integração que seria típico de uma moderna sociedade industrial. Se, ao longo dos anos 1940-50, tanto um quanto o outro se apoiaram na hipótese da “demora cultural” de William F. Ogburn – que também se encontra presente em *The social system*, de Parsons –, embora Germani preferisse a noção de “assincronia”, o uso dos termos “dilema” e “paradoxo” indica que há uma inflexão em suas formulações sobre a marcha do desenvolvimento em seus países. O ponto de fuga histórico apontado pela noção de “demora cultural” parecia estar na “ressincronização” das diferentes partes da sociedade em mudança num futuro mais ou menos próximo. Quer dizer: “demora cultural” parecia pressupor que, ao longo do processo de mudança social, o padrão “moderno” se estabeleceria de maneira plena, tornando os elementos “tradicionais” residuais na orientação das condutas – expectativa que foi se tornando cada vez menos verossímil ao longo da década de 1960. Vejamos, portanto, com mais vagar, como os autores explicitam estas

¹² Germani, assim como Fernandes, promoveu a idéia do planejamento democrático como uma forma de reconstrução racional da sociedade moderna num contexto de “crise” – e aqui a referência mannheimiana é explícita (Germani, 1962c). No entanto, a emergência do “fato peronista” causou um grande debate e desorientação na intelectualidade argentina a respeito da “natureza” deste movimento – debate que, até hoje, está longe de ser encerrado. O panfleto de Ezequiel Martínez Estrada, *¿Qué es esto?* (1956), como o próprio nome indica, é significativo neste sentido. Mas, a meu ver, esta sensação de desconcerto atingiu uma de suas expressões literárias mais marcantes no romance *Los premios* (1960), de Julio Cortázar. Aí, um cruzeiro contendo diferentes tipos sociais representativos da sociedade argentina é conduzido por uma tripulação estrangeira, que, ao invés de levar os seus passageiros à Europa, toma o caminho do Oriente – para, no final, ficar à deriva na costa argentina.

noções especialmente em dois textos: “Reflexões sobre a mudança social no Brasil” (1962) – sétimo capítulo de *A sociologia numa era de revolução social* (1963) –, de Fernandes; e “Hacia una democracia de masas” (1965) – na verdade, uma extensão do oitavo capítulo de *Política y sociedad en una época de transición social* (1962) –, de Germani.

Ao mesmo tempo em que retomava o material levantado por ele e Bastide no início dos anos 1950 a respeito da pesquisa sobre o negro em São Paulo, Florestan Fernandes se engajou pessoalmente na *Campanha de Defesa da Escola Pública*. Cabe lembrar que, para ele, a universalização do ensino público era vista a partir de um duplo prisma: por um lado, da integração do sistema social, por outro, da qualidade desta integração à luz dos valores (ou, como prefere dizer, “fundamentos axiológicos”) de uma “ordem social democrática”. Neste caso, a escola pública, ao lado dos movimentos sociais no “meio negro”, seria um instrumento privilegiado para a “socialização” de “personalidades democráticas”, isto é, ajustadas socialmente e moralmente ao “cosmo social” de um mundo urbano-industrial. Em artigo de 1959, assinala:

O ajustamento do ensino brasileiro exige uma estratégia dessa espécie. As inovações terão que se ligar a certos princípios gerais, inerentes à intenção de preparar personalidades democráticas para uma ordem social democrática, e que atender certos fins práticos, como o desenvolvimento da consciência da afiliação nacional e dos direitos e deveres do cidadão, de uma ética de responsabilidade, da capacidade de julgamento autônomo das pessoas, valores e movimentos sociais etc. Portanto, exige reforma não em setores isolados, mas no sistema educacional como um todo em sua estrutura, em seu funcionamento e na mentalidade pedagógica que alimenta, predominantemente, as expectativas dos círculos conservadores, dentro ou fora do ensino (Fernandes, 1979: 113).

Vemos, portanto, que o ângulo de inquirição de Fernandes a respeito da “sociedade de classes”, pelo menos neste momento, é muito específico, e poderíamos resumi-lo do seguinte modo: o autor “exige” desta ordem social aquilo que ela apresentaria de melhor e mais democrático, ou seja, a sua promessa de universalização dos direitos e garantias sociais a todos os grupos

sociais¹³. É deste ângulo de um “radicalismo plebeu” que o autor analisa a vitalidade ou não da “ordem social democrática” na sociedade brasileira. Para o autor, a *Campanha* teria sido um campo de observação privilegiado para questões desta natureza. Ele assinala que, a partir dela, teve “a oportunidade de sair do relativo isolamento a que ficam condenados, por contingências de carreira e por motivos menos louváveis, os professores universitários”, o que lhe teria oferecido um “instrumento de sondagem endoscópica da sociedade brasileira” (Idem, 1976: 204)¹⁴. A imagem usada por Fernandes não me parece fortuita. Revisando explicitamente a hipótese da “demora cultural” mobilizada em textos anteriores, parece-lhe que, à luz dos descaminhos da *Campanha*, uma simples “modernização” do estoque mental e comportamental dos agentes não seria suficiente¹⁵. Isto porque ele teria se dado conta de que a adesão aos

¹³ Maria Arminda N. Arruda (2009: 316-317) demonstra, com grande clareza, de que modo esta concepção de Florestan Fernandes a respeito do papel da educação na “universalização” de uma ordem social democrática encontra-se diretamente enraizada em sua trajetória particular na cidade de São Paulo: “O movimento de ascensão vivido por Florestan, se provava as potencialidades do moderno, se realizava por intermédio dos meandros tradicionais. [...] As suas concepções sobre o caráter da educação pública sistemática como êmulo das mudanças e como condição de emergência de uma sociedade democrática se prendem a essa vivência. Tal concepção, como afirmou nos textos reunidos em *Mudanças sociais no Brasil*, publicado em 1960, deriva, largamente, da particular trajetória, levando-o à participação ativa em prol da educação universal e pública, no final dos anos 1950 – *A campanha em defesa da escola pública* –, quando da discussão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Segundo o seu diagnóstico, o sistema educacional brasileiro não respondia aos imperativos de uma sociedade em processo de modernização, representando um obstáculo às mudanças em curso, caracterizando-se como um fenômeno de ‘demora cultural’”.

¹⁴ Noutro texto, também incluído em *A sociologia numa era de revolução social*, ele destaca: “Nesse plano, a comunicação dos sociólogos com o grande público adquire nítida significação construtiva para o cientista e para a ciência. Limitando-nos a experiências pessoais: a visão e a compreensão que tínhamos de várias facetas da sociedade brasileira foram alargadas e aprofundadas graças à participação da Campanha de Defesa da Escola Pública. Merecem atenção especial dois tipos de resultado da observação endopática, que aquele movimento social possibilitou. Por trás dos debates e discussões, estava em jogo a questão de saber que forças sociais irão empalmar o controle do ensino no Brasil: se os círculos católicos conservadores [...] ou se as correntes liberais e democráticas, que pretendem o fortalecimento do Estado republicano e sua intervenção responsável na solução dos problemas da educação popular” (Fernandes, 1976: 130-131).

¹⁵ Como ressalta Maria Arminda N. Arruda (2009: 317), a “aprovação no Congresso de um projeto conservador repercutiu na atitude de franco ceticismo a percorrer as reflexões seguintes, sintoma da descrença nas reais possibilidades de se ‘forjar nos trópicos esse suporte de civilização moderna’, como sentenciou ao final de *A integração do negro na sociedade de classes*, editado em 1964”. Vale a pena, portanto, citar o trecho no qual Florestan Fernandes justifica a sua reavaliação da hipótese da “demora cultural”: “Pensava que o dilema social brasileiro estaria em ajustar as esferas da sociedade brasileira, que não se transformaram ou que se transformaram com menor intensidade, às esferas que se alteraram com maior rapidez e profundidade. Com isso, encarava a situação sócio-cultural do Brasil como uma alternativa da teoria da demora cultural, como ela é formulada por Ogburn, em vista do padrão de desenvolvimento da comunidade urbana na era industrial. Essa é uma ilusão que poderia afetar

valores de uma “ordem social democrática” por parte dos segmentos “cultos” das camadas dominantes seria mais superficial que o previsto, coadunando-se com interesses profundamente egoísticos e particularistas. Noutras palavras, os setores supostamente ajustados e adaptados ao horizonte cultural da “sociedade de classes”, apesar de “verbalmente” afinados com os seus fundamentos morais, poderiam permanecer agindo “irracionalmente” (à luz daqueles valores) em prol da manutenção do *status quo* – haveria, portanto, uma “racionalidade” aparente que encobriria uma “irracionalidade” de fundo. Assim, em sua “endoscopia” da sociedade brasileira, Fernandes teria chegado à seguinte percepção:

Em quase cinco dezenas de debates, [...] consegui estabelecer um diálogo, por vezes de natureza polêmica, com representantes dos diferentes círculos e correntes sociais da sociedade brasileira contemporânea. Se me foi dado perceber, reiteradamente, que a “fome de instrução” é boa conselheira e até que os leigos incultos são capazes de atinar com as soluções que deveríamos pôr em prática, também tive que ceder a conclusões sumamente penosas e inesperadas. Nós nos modernizamos por fora e com freqüência nem o verniz agüenta o menor arranhão. *É uma modernidade postiça, que se torna temível porque nos leva a ignorar que os sentimentos e os comportamentos profundos da quase totalidade das “pessoas cultas” se voltam contra a modernização* (Idem, 1976: 205, grifos nossos).

É neste contexto em que o autor introduz a noção de “dilema social brasileiro”. Por “dilema”, Fernandes entende “um tipo de inconsistência estrutural e dinâmica que nasce da oposição entre o comportamento social concreto e os valores básicos de determinada ordem social” (Idem, 1976: 208). Este seria o caso da adesão aos fundamentos morais da “ordem social democrática” por parte dos círculos sociais dominantes. Ela não passaria, a rigor, de uma forma de uma forma de “compensação simbólica”, isto é, seria apenas epidérmica e

o agente social que visse a “realidade brasileira” através do conhecimento de senso comum e pelo prisma das potencialidades econômicas, culturais e sociais típicas da cidade de São Paulo. Que tal ilusão tenha interferido nas idéias de alguém que compreendia essa mesma realidade através de categorias sociológicas e não tinha dúvidas em apontar a inadequação estrutural e dinâmica do horizonte cultural dominante constitui algo digno de ponderação. Isso quer dizer que estamos de tal maneira impregnados daquelas manifestações de teor compensatório, que o próprio cientista social precisa percorrer um caminho difícil para libertar-se de prenoções e chegar a assumir uma posição favorável à descrição objetiva das coisas” (Fernandes, 1976: 210-211).

superficial – não levaria às últimas conseqüências as exigências de universalização dos direitos e garantias sociais. Num quadro analítico de inegável ressonâncias psicanalíticas, o autor diz que as distorções acarretadas pelo “superego nacional”, cujas forças profundas se voltariam *contra* a democratização da sociedade, tornariam inócuas as expressões públicas “progressistas” por parte dos segmentos “cultos” da população brasileira. Elas seriam, no fundo, “racionalizações”:

O comportamento pode manter-se fiel a modelos arcaicos e tradicionalistas; a verbalização que dele faz o homem eleva-se a outro nível, como se o agente social fosse guiado por outros incentivos e motivações. Daí toda uma mitologia do progresso, da modernização tecnológica e do liberalismo, que condensa uma infinidade de manifestações simbólicas compensatórias, cuja função é sempre a mesma; dar-nos segurança no plano da afirmação coletiva de comunidade nacional (Idem, 1976: 209).

Esta passagem é chave, pois indica, na própria avaliação do autor, de que “temos de proceder a uma revolução copernicana em nossa maneira de encarar a mudança social e seus efeitos”. No caso brasileiro, esta rotação permitia perceber, a contrapelo do que seria esperado pelo *mainstream* da “sociologia da modernização”, que o *sentido* da mudança social não levaria automaticamente à correção destas “inconsistências”. Muito pelo contrário: “o fulcro dinâmico da configuração do equilíbrio social não provém das forças sociais inovadoras” (Idem, 1976: 211), esclarece Fernandes, pois os círculos dominantes “só aceitam as inovações que não modificam a estrutura da situação e suas perspectivas de desenvolvimento” (Idem, 1976: 207). Para ele, estaria assim configurada uma espécie de “*resistência residual ultra-intensa à mudança social, que assume proporções sociopáticas*” (Idem, 1976: 211, grifos do autor), já que prevaleceriam “motivos e interesses egoísticos”, que operariam “segundo dinamismos da velha ordem social patrimonialista” (Idem, 1976: 206). Em suma, nesta viravolta explicativa proposta por Fernandes, a noção de “dilema” viria a dar conta das razões pelas quais a sociedade brasileira teria “derrotado” os seus dinamismos mais progressistas, mesmo aqueles que pretendiam se situar nos limites de uma “revolução dentro da ordem” – isto é, que visavam a “sincronizar” a “sociedade de classes” com os valores de uma “ordem social democrática”, tal como previsto por sua abordagem “estrutural-

funcional”. Assim, a respeito deste padrão “sociopático” de “resistência à mudança”, conclui:

O seu principal traço negativo está no fato de não envolver uma ligação emocional e moral íntegra com o passado; o empenho maior volta-se para a preservação pura e simples do *status quo*, sem nenhuma preocupação de salvar a herança social por meio de sua renovação. Tudo se passa como se as pessoas e os grupos humanos colocassem acima de tudo as posições alcançadas na estrutura de poder da sociedade. [...] As influências inovadoras, continuamente represadas e comprimidas, não encontram formas pacíficas e construtivas de elaboração espontânea disciplinada (Idem, 1976: 211).

* * *

No caso das formulações de Gino Germani sobre o “paradoxo argentino”, seus argumentos se concentram menos na “derrota” das opções democratizantes e mais numa *seqüência histórica* específica que estaria tornando problemática a sorte da democracia representativa neste país. Aliás, é interessante notar que, ao tratar deste “desajuste”, Germani não o faz nos termos de uma “ordem social democrática” (isto é, dos “fundamentos morais” de uma “sociedade de classes”), como Fernandes, mas nos quadros de uma “sociologia política” que visa a conferir inteligibilidade sociológica à formação de governos democráticos ou autoritários. Noutras palavras, ele entrecruza duas dimensões no andamento de sua análise: uma, de corte político-institucional, no qual são definidas várias etapas de acordo com o grau de participação política alcançado, num *continuum* que vai desde uma situação inicial autocrática até uma outra de “participação total”, passando por fases intermediárias de participação restrita às elites ou às populações urbanas (uma espécie de tipologia do “desenvolvimento político”); outra, de corte especificamente sociológico, indica o avanço da “secularização” (que é o termo chave do autor para tratar da “modernização”) entre os diferentes grupos sociais, que passariam a se “mobilizar” e a pressionar por participação política de forma crescente (aqui o autor retoma, dentre outras, a noção mannheimiana de “democratização fundamental”). Para Germani, as tensões existentes entre estes dois processos “sobrepuestos” seriam explicativas da maior ou menor possibilidade da integração política de uma “sociedade de massas” num regime democrático. A

fim de simplificarmos os argumentos do autor, discutiremos como ele trata da passagem, na Argentina, de uma etapa de “participação política ampliada” para uma outra de “participação total”.

No plano político, esta passagem estaria ligada à seqüência histórica “radicalismo” (1916-1930) / “peronismo” (1946-1955), com um *intermezzo* de governos fraudulentos e/ou autoritários nos anos 1930 e 1940. No plano sociológico, isto é, da “mobilização social”, esta passagem estaria diretamente associada aos dois grandes movimentos populacionais de “massa” que conformaram a “Argentina moderna”: a imigração ultramarina de fins do séc. XIX e início do séc. XX (especialmente italiana e espanhola), que se concentrou em Buenos Aires e nos demais centros urbanos e se entrosou intimamente com a expansão econômica propiciada pelo *boom* agropecuário; e a imigração do interior argentino (e demais países limítrofes) à Grande Buenos Aires, que engrossou as fileiras de trabalhadores urbanos numa economia em processo acelerado de industrialização. A rigor, a análise de Germani vai apontar para os limites destas duas experiências, o “radicalismo” e o “peronismo”, na efetiva democratização da sociedade argentina, já que ambas tornaram problemática a possibilidade de uma “integração política” das massas (primeiro urbanas, depois rurais ou recém-imigradas) nos quadros de uma democracia representativa¹⁶.

No caso do “radicalismo”, que lhe permite “demarcar o começo da democracia representativa com participação ampliada e o fim da democracia limitada na Argentina” (Germani, 1965: 219), ele teria sido a expressão política das camadas médias urbanas. A especificidade da experiência argentina, neste caso, é que estes setores intermediários seriam conformados basicamente por estrangeiros: “em termos eleitorais, isto significava, desde já, que [...] entre 50% e 70% dos habitantes se encontrava à margem de seu exercício legal” (Idem, 1965: 220). Ora, para Germani, isto teria diminuído consideravelmente os efeitos democratizantes da aparição de uma classe média no país, o que inclusive poderia ajudar a entender por que o “radicalismo” não teria usado “o poder para

¹⁶ Ao enfatizar como a noção de *seqüência histórica* atua na argumentação de Germani, chamo a atenção para a necessidade de conjugar, em seu entendimento do “peronismo”, também sua análise a respeito dos limites do “radicalismo”. Por razões variadas, quase toda a fortuna crítica de Germani se concentra em seus argumentos sobre o “peronismo” – seja para retomá-los, seja para, como é mais freqüente, criticá-los.

aportar as transformações na estrutura social que teriam assegurado uma base mais segura para o funcionamento das instituições democráticas”. Ele cita, por exemplo, que a “a estrutura econômico-social do campo permaneceu praticamente inalterada”, e que os “parlamentos radicais mantiveram a legislação repressiva criada pela ‘oligarquia’ no começo do século diante da primeira expansão dos movimentos operários” (Idem, 1965: 222-223). Também associada a estas questões estaria a experiência vertiginosa de ascensão social vivida pelos imigrantes de ultramar na Argentina, que terminaria por dificultar a formação de solidariedades estáveis de classe, cruciais (como mostraria a experiência europeia) para a formação de partidos políticos de esquerda e de orientação democrática. Em texto no qual discute os resultados de um *survey* sobre “estratificação e mobilidade social” que ele e sua equipe aplicaram na Grande Buenos Aires, assinala:

La experiencia reiterada durante 60 o 70 años, por los inmigrantes extranjeros y por sus hijos, de una sociedad abierta, unida al gran intercambio entre clases, fue probablemente un factor muy importante en impedir que el proceso de urbanización y la constitución de un proletariado industrial originaran movimientos de masa orientados ideológicamente hacia la izquierda. [...] Por lo tanto, en un periodo en que la única expresión ideológica de los movimientos populares de protesta estaba claramente marcada por el pensamiento europeo de izquierda [...] podía haberse establecido en la Argentina un movimiento similar con suficiente rigor como para tornarse una fuerza política importante sobre el plano nacional. Hubo, en realidad, movimientos de este tipo, pero no tuvieron efectos políticos duraderos; por un lado estaban formados por extranjeros que carecían de derechos políticos y por otro, ellos mismos y sus descendientes no permanecieron suficiente tiempo en la condición obrera como para dar estabilidad y continuidad a organizaciones ideológicamente orientadas hacia la izquierda clásica (Idem, 1963: 363).

Portanto, ainda que Germani reconheça a importância da imigração ultramarina para a “modernização” da sociedade argentina, ele não deixa de atentar para o “fracasso parcial da democracia ‘ampliada’ na tarefa de criar um marco institucional para o funcionamento sem tropeços de um regime representativo a um nível de participação total” (Idem, 1965: 240). E a raiz deste “fracasso” estaria, dentre outros aspectos, na ausência de um forte partido de

esquerda e de orientação democrática que fosse capaz de “absorver”, através de canais políticos legítimos, a grande massa migratória do interior que se instalou na Grande Buenos Aires a partir da década de 1930. Assim, a adesão das classes populares ao “peronismo”, que para Germani seria a principal expressão da “tragédia” política argentina – como diria num artigo de 1956, “La integración de las masas a la vida política y el totalitarismo”, haja vista a orientação anti-democrática deste regime –, não teria sido o resultado apenas da mentalidade ainda “tradicional” destas massas recém-migradas, mas de uma *seqüência histórica* específica cuja velocidade e duração tornariam o arranjo institucional democrático na Argentina contemporânea (a Germani) altamente instável e precário. Contrastando os diferentes impactos políticos da imigração de ultramar com os da migração campo-cidade pós 1930, o autor assinala:

[...] entonces [na imigração ultramarina] el ritmo fue extremadamente más lento, pues el crecimiento de la población urbana se verificó a través de, por lo menos, tres décadas; en segundo lugar, las masas que presionaron políticamente [...] no eran directamente las inmigradas, sino sus hijos; por fin, se trataba de la recientemente formada clase media, estando el naciente proletariado urbano en una situación subordinada. Estas grandes masas trasplantadas de manera rápida a las ciudades [a migração do interior argentino], transformadas súbitamente de peones rurales [...] en obreros industriales, adquirieron significación política sin que al mismo tiempo hallaran los canales institucionales necesarios para integrarse al funcionamiento normal de la democracia. La política represiva de los gobiernos desde fines del siglo pasado [...] unid[a] a la ausencia de partidos políticos adecuados a sus sentimientos y necesidades, dejaban a estas masas “en disponibilidad”, hacían de ellas elemento dispuesto a ser aprovechado para cualquier aventura que les ofreciera alguna forma de participación (Idem, 1965: 225-226).

Como sabemos, foi o “peronismo”, uma experiência política autoritária – ou mesmo “totalitária”, como nota o autor em suas primeiras interpretações – quem conferiu às massas recém-migradas alguma forma de “participação”. É interessante notar que, a contrapelo da tônica geral da intelectualidade “liberal” argentina, Germani sempre distinguiu de maneira muito clara o “peronismo” do “fascismo europeu”, tanto no que se refere aos grupos sociais que lhe deram suporte – o primeiro, de extração popular e operária; o segundo, fruto de classes

médias em risco de “proletarização” – quanto no que tange à sua “racionalidade” para os interesses destes grupos sociais¹⁷. Apesar de salientar constantemente os limites do “peronismo”, que teria sido capaz de oferecer apenas uma “participação ilusória” (Idem, 1965: 227), “somente um *ersatz* de participação política” (Idem, 1965: 226) – e, mesmo no campo das reformas sociais, ele as teria mantido “dentro de limites aceitáveis pelos grupos sociais e econômicos mais poderosos” (Idem, 1962a: 39) –, Germani reconhece, como no artigo “Clases populares y democracia representativa en América Latina” (1962), que

[...] dicha participación implica el ejercicio de cierto grado de libertad efectiva completamente desconocido e imposible en la situación anterior [...] Tal libertad se ejerce al nivel inmediato de la experiencia personal, se halla implicada de manera *concreta* en la vida diaria del individuo. [...] Participar de una huelga, elegir un representante sindical dentro del taller, discutir en pie de igualdad con el patrón, alterar el nivel de comportamiento individual y en sentido igualitario [...], he aquí mil ocasiones de vivir un cambio efectivo (Idem, 1962a: 39-40).

Embora Germani nos apresente uma visão matizada sobre o significado político do “peronismo”, como no trecho acima, ele jamais deixou de salientar o seu aspecto altamente problemático para a institucionalização da democracia representativa na Argentina. Assim, a *seqüência histórica* radicalismo / peronismo, que para o autor representaria a passagem para uma situação de participação política “total”, teria desaguado numa espécie de beco sem saída, com poucas perspectivas para a democracia. Deste modo, a contrapelo das hipóteses de Seymour Lipset, com quem Germani estabeleceu intensa interlocução, a conexão, na Argentina, entre desenvolvimento econômico e democracia política não seria linear, mas “enigmática”¹⁸. O que, no caso

¹⁷ Se contrastarmos os argumentos de Germani com os artigos do número 237 (1955) da revista *Sur*, dirigida por Victoria Ocampo e talvez o principal órgão da intelectualidade “liberal” argentina, as diferenças saltam à vista. Conforme assinalam Sarlo e Altamirano (2007: 25): “[...] a sus ojos [dos articulistas de *Sur*], la década peronista había sido una década oprobiosa e irracional, y escribían seguros de contar con el consenso de sus lectores en ese punto. Contaban, además, con la idea del peronismo como fenómeno totalitario, mezcla de fascismo y rosismo, elaborada diez años atrás”. Para uma análise fina das diferenças entre “fascismo” e “peronismo” nos textos de Gino Germani, cf. Blanco (2006) e Amaral (2008).

¹⁸ Numa análise cuidadosa da interlocução travada entre Gino Germani e Seymour Lipset, Samuel Amaral (2009) mostra como foi (também) a partir dela que o primeiro foi desenvolvendo a noção de “movimentos nacional-populares”, isto é, uma generalização histórico-conceitual capaz de incluir o “peronismo” como um caso extremo de regime político comum a processos

argentino, aparentemente o mais bem-sucedido de “modernização” na América Latina, seria desconcertante: o país àquela altura mais “modernizado” seria o que também “apresentaria os ‘desvios’ em certo sentido paradoxais” de maneira mais acentuada em relação ao “modelo ocidental”. Por esta razão, diz Germani que “a profunda crise política que afeta o país, há mais de 30 anos, constitui um verdadeiro enigma para os estudiosos da sociologia do desenvolvimento econômico” (Idem, 1965: 206-207).

* * *

Vimos, neste trabalho três abordagens diferentes a respeito do problema da modernização e/ou desenvolvimento – as de Talcott Parsons, Florestan Fernandes e Gino Germani, respectivamente. Como espero ter demonstrado, ainda que muito rapidamente, uma visada comparativa nos permite ganhar um melhor ponto de apoio para sugerir alguns mediações entre *texto* e *contexto*, ou, no nosso caso, entre formulações de corte “estrutural-funcional” e os processos sociais mais amplos aos quais estas se referem. Não que se trate de fazer indagações sobre a “verdade histórica” inscrita nos *textos*, mas, invertendo-se o problema, ver em que medida os *contextos* a que se ligam são recriados *internamente* em sua armação conceitual, em suas proposições à primeira vista apenas “teóricas” e “abstratas”. Outra preocupação foi garantir uma visão mais dinâmica das formulações dos autores, que continuamente reajustaram os seus quadros analíticos em interação contingente com os processos sociais que pretendiam analisar. Não se trata, tampouco, de rebater uma causalidade entre transformação no *contexto* e *mudança* nos *textos*, mas inquirir sobre quais aspectos foram “selecionados” por aquelas formulações a fim de dar conta do dinamismo do social.

Vimos, na seção dedicada a Parsons, de que modo ele foi paulatinamente expurgando do campo de visão de sua teoria tanto o tom “pessimista” e “crítico” que ela assumia no período “intermediário” de sua obra, quanto o peso das especificidades históricas norte-americanas em sua explicação do desenvolvimento da sociedade industrial moderna. Na virada dos anos 1950 aos anos 1960, Parsons deu forma ao chamado esquema *AGIL* de

tardios e acelerados de modernização, típicos da América Latina (no qual entrariam o aprismo peruano, o varguismo, etc.).

diferenciação sistêmica, que seria explicativo das tendências evolutivas de toda e qualquer sociedade moderna, a despeito das diferentes trajetórias históricas. Neste esquema, além da diferenciação sistêmica dos sistemas econômico (A), político (G) e cultural (L), Parsons introduz mais um, a chamada “comunidade societária” (I), que possibilitaria uma forma democrática de integração social mesmo com a separação funcional dos demais sistemas entre si.

Já no caso de Florestan Fernandes e de Gino Germani, com as diferenças que já especificamos acima, o caminho tomado por suas teorizações no começo da década de 1960 foi outro. Eles não puderam, à maneira de Parsons, tratar do desenvolvimento “esvaziando” a dimensão histórica concreta de suas respectivas sociedades, justamente porque a linearidade que permitiria tal “esvaziamento” não se fazia aí verossímil. Com recursos próprios e distintos, como no caso das noções de “dilema social brasileiro” e “paradoxo argentino”, eles incorporaram aspectos centrais destas experiências sócio-históricas em suas teorizações, e assinalaram algumas razões para o fracasso da democratização efetiva das sociedades brasileira e argentina.

Em suma, a expansão pelo mundo de alguns produtos da sociologia norte-americana não produziu apenas uma homogeneização da teorização sociológica. Tomando para análise comparada os casos de Fernandes e de Germani, vimos que a “aclimatação” daquela sociologia em outros contextos sociais foi gerando produtos distintos *vis-à-vis* a matriz original. Imagino que, a partir desta visada mais ampla, isto é, do contraste reciprocamente referido não só entre as formulações sociológicas dos países “centrais” com as dos países “periféricos”, mas também entre as formulações de sociólogos situados em dois contextos “periféricos” diferentes, podemos ganhar perspectiva para qualificar não só as mediações entre “texto” e “contexto”, mas também para ver que as “periferias” são comparáveis, mas não são intercambiáveis entre si.

Referências Bibliográficas

ALEXANDER, J. *Twenty lectures*. New York: Columbia University Press, 1987.

AMARAL, S. "El líder y las masas: fascismo y peronismo en Gino Germani". Buenos Aires, Universidad del CEMA, Documento de Trabajo nº 371, 2008.

_____. "Del fascismo al movimiento nacional-popular: el peronismo y el intercambio Germani-Lipset, 1956-1961". Buenos Aires, Universidad del CEMA, Documento de Trabajo nº 402, 2009.

ARRUDA, M. A. N. *Metrópole e cultura: São Paulo no meio século XX*. Bauru, SP: Edusc, 2001.

_____. "Florestan Fernandes: vocação científica e compromisso de vida". In: BOTELHO, A. & SCHWARCZ, L. (orgs.). *Um enigma chamado Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 2009.

_____. "A sociologia de Florestan Fernandes". *Tempo Social*, vol.22, nº 1, São Paulo, Junho, 2010.

BASTOS, E. R. "A questão racial e a revolução burguesa". In: D'INCAO, M. A. (org.). *O Saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Ed. Unesp, 1987.

_____. "Pensamento social da escola sociológica paulista". In: MICELI, S. (Org.). *O que ler na ciência social brasileira*. São Paulo: Ed. Sumaré/Anpocs, 2002.

BLANCO, A. *Razón y modernidad: Gino Germani y la sociología en la Argentina*. Buenos Aires: Siglo XXI.

_____. "José Luis Romero y Gino Germani: la inmigración masiva y el proyecto de una comprensión histórico-sociológica de la Argentina moderna" (mimeo.), 2009.

BOTELHO, A. "Seqüências de uma sociologia política brasileira". *Dados*, v.50, n.1, Rio de Janeiro, 2007.

BRASIL JR., A. "O imigrante e seus irmãos". *Lua Nova*, São Paulo, 81, 2010.

COHN, G. "Padrões e dilemas". In: MORAES, R. et al. *Inteligência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. "Florestan Fernandes e o radicalismo plebeu em sociologia". *Estud. av.* vol.19 no.55 São Paulo Sept./Dec. 2005.

DROUARD, A. « Le développement des sciences sociales en France de 1945 à 1968 ». *Revue française de sociologie*, vol. XXIII, nº 1, 1982.

GERHARDT, U. *Talcott Parsons: an intellectual biography*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

GERMANI, G. "Clases populares y democracia representativa en América Latina". *Desarrollo económico*, nº 2, 1962.

_____. *Encuestas en la ciudad de Buenos Aires (vol. 1)*. Buenos Aires: Instituto de Sociología, FFyL-UBA (Colección Datos), 1962b.

_____. *La sociología científica*. México DF: UNAM, 1962c.

_____. "La movilidad social en la Argentina". In: BENDIX, R.; LIPSET, S. *La movilidad social en la sociedad industrial*. Buenos Aires, Eudeba (apéndice II), 1963.

_____. "Hacia una democracia de masas". In: DI TELLA et al. *Argentina, sociedad de masas*. Buenos Aires: Eudeba, 1965.

GILMAN, N. *The mandarins of the future*. Baltimore; London: The John Hopkins University Press, 2003.

FERNANDES, F. *A sociologia numa era de revolução social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1976 [1963].

_____. *Mudanças sociais no Brasil*. São Paulo: Difel, 1979 [1960].

JAY, M. *The dialectical imagination*. London: Heinemann, 1973.

NEDELMANN, B. & SZTOMPKA, P. *Sociology in Europe*. Berlin; New York: Walter de Gruyter, 1993.

PARSONS, T. & SHILS, E. "Values, motives and systems of action". In: PARSONS, T. et. al. *Toward a general theory of action*. Cambridge: Harvard University Press, 1951.

PARSONS, T. *The social system*. New York: The Free Press, 1964a [1951].

_____. *Essays in sociological theory*. New York: The Free Press, 1964b.

PARSONS, T. & TOMINAGA, H. "Discussions with Professor Parsons & Kenichi Tominaga". *The American sociologist*, summer, 2000.

SALLUM JR., B. "Notas sobre o surgimento da sociologia política em São Paulo". *Revista de Sociologia e Política*, v. 1, nº 1, 2002.

SARLO, B. & ALTAMIRANO, C. *La batalla de las ideas*. Buenos Aires: Emecé, 2007.

SILVA, M. A. M. *A descoberta do insólito: literatura negra e literatura periférica no Brasil (1960-2000)*. Tese de doutorado. IFCH/Unicamp, 2011.

TOMINAGA, K. "European sociology and the modernisation of Japan". In: NEDELMANN, B. & SZTOMPKA, P. *Sociology in Europe*. Berlin; New York: Walter de Gruyter, 1993.

VASSELAI, F. *A locomotiva silenciosa: o não predomínio da política paulista na democracia de 1945*. Dissertação de mestrado. FFLCH: USP, 2009.

VUCINICH, A. "Marx and Parsons in Soviet sociology". *Russian review*, vol. 33, nº 1, 1974.